



**Monique de Siqueira
Lopes**

Mestra em Estudos
Estratégicos

**UMA VISÃO DA DIPLOMACIA: AS RELAÇÕES PÓS-GUERRA DO
PARAGUAI ENTRE O IMPÉRIO BRASILEIRO E A REPÚBLICA
ARGENTINA NO ANO DE 1872**

**A VIEW FROM DIPLOMACY: POST-PARAGUAY WAR
RELATIONS BETWEEN THE BRAZILIAN EMPIRE AND THE
ARGENTINE REPUBLIC IN 1872**

RESUMO: O presente trabalho aborda as questões de política externa e doméstica do Império Brasileiro e da República Argentina, no período posterior à guerra do Paraguai. O ano de pesquisa foi o de 1872 e a documentação analisada foi a dos ofícios da Legação Brasileira em Buenos Aires. Sendo assim, o olhar da pesquisa está principalmente direcionado para os diplomatas que estavam servindo na legação em Buenos Aires e como eles interpretavam o cenário doméstico e internacional dos episódios que estavam acontecendo durante o ano de 1872. O ano de 1872 foi escolhido por dois motivos: pela visita de Bartolomeu Mitre ao Império Brasileiro e pelo fato da assinatura do tratado Loizaga-Cotegipe ter ocorrido nesse mesmo ano. Dessa maneira, o estudo se propôs a pesquisar sobre quais eram as análises dos diplomatas que estavam na legação do Brasil em Buenos Aires, sobre o período sensível de pós-conflito da Guerra da Tríplice Aliança.

Palavras-chave: Diplomacia; Império Brasileiro; República Argentina; Política Externa; Política Doméstica.

ABSTRACT: This paper addresses the issues of foreign and domestic policy of the Brazilian Empire and the Argentine Republic in the period after the Paraguayan war. The year of research was 1872 and the documentation analyzed was that of the offices of the Brazilian Legation in Buenos Aires. Thus, the look of the research is mainly directed to the diplomats who were serving at the legation in Buenos Aires and how they interpreted the domestic and international scenario of the episodes that were happening during the year 1872. The year 1872 was chosen for two reasons: because of the visit of Bartolomeu Mitre to the Brazilian Empire and since the signing of the Loizaga-Cotegipe treaty that took place in the same year. Thus, the study aimed to research what were the analyses of diplomats who were in the legation of Brazil in Buenos Aires, on the sensitive period of post-war conflict of the Triple Alliance War.

Keywords: Diplomacy; Brazilian Empire; Argentine Republic; Foreign Policy; Domestic Policy.

1 Introdução

O objeto de pesquisa foi o estudo da política externa do Império brasileiro, no período posterior ao término da Guerra do Paraguai, mais especificamente, o material de estudo foram os ofícios enviados pela legação brasileira na Argentina, no ano de 1872. O período determinado adveio da percepção de uma lacuna historiográfica, na qual havia pouca exploração e aprofundamento sobre esse tema. A República Argentina foi a escolhida como objeto de pesquisa por três principais motivos: a Argentina foi aliada do Brasil durante a guerra do Paraguai e, alguns acordos de fim da guerra foram tratados em separado, uma vez que fora acordado que todos os tratados pós-guerra seriam feitos entre o Império Brasileiro, Argentina e Paraguai; a Argentina foi, em alguns momentos, rival do Brasil; e o terceiro principal motivo foi para entender como a sociedade Argentina enxergava as posições do Império Brasileiro, em um momento de grande sensibilidade.

O ano escolhido para a pesquisa foi o de 1872, justamente pelo fato de o Império ter assinado em separado com o Paraguai o Tratado Loizaga-Cotegipe. Portanto, havia muita incerteza em relação às possíveis reações dos Estados vizinhos sobre às questões platinas. Além disso, o ano de 1872 foi importante pela visita de Bartolomeu Mitre ao Império Brasileiro. Sabendo-se das dificuldades da época em relação a baixa mobilidade dos transportes e a morosidade dos deslocamentos, entende-se a grande importância das visitas oficiais. Desse modo, verificar a política externa do período, e como os argentinos enxergavam o Império Brasileiro na época, não só por questões objetivas, como o fim da guerra da Tríplice Aliança, mas por questões subjetivas, como o fato de o Império ser a única monarquia diante de todos os vizinhos republicanos, a pesquisa mostra-se de grande relevância para entender as principais questões de política externa e doméstica da República Argentina e do Império Brasileiro.

Os principais documentos utilizados para que a pesquisa fosse realizada foram os ofícios do Arquivo Histórico do Itamaraty, e a bibliografia especializada em história da América Latina no século XIX. O professor Eurico Figueiredo (2015), em artigo que explora os Estudos Estratégicos como área do conhecimento, descreve que a defesa se refere ao uso da força, enquanto o emprego da diplomacia permite resolver a tensão por outras formas, como a negociação entre as partes envolvidas. Desse modo, a diplomacia permite que a negociação aconteça como forma de manutenção da paz entre Estados, além de ser um meio que, em muitas vezes, pode prevenir a guerra por meio da solução pacífica de controvérsias.

2 Debate histórico brasileiro pós-1870

O debate histórico brasileiro após o ano de 1870 foi feito, no presente artigo, através de pensadores clássicos da história nacional, que pesquisaram e desenvolveram obras sobre o século XIX. A análise escolhida, a partir do estudo desses pensadores, decorreu pelo fato de poder criar um estudo fazendo contraposição dos pensadores clássicos com as pesquisas de autores contemporâneos, que serão reveladas no desenvolver do artigo.

O Brasil e seus países vizinhos, durante os séculos XVIII e XIX, estavam em constantes embates nas questões relacionadas às delimitações das fronteiras. As divergências do Rio da Prata, como limite natural, que perpassavam Estados como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, foram durante muitos anos uma questão sensível aos países da região platina. Para o autor Pandiá Calógeras (1998), as relações que culminaram com um menor poderio português, e por consequência menor poderio brasileiro, iniciaram a partir da volta de D. João VI para Portugal, em abril de 1821. Calógeras afirma com segurança que o prestígio do influxo português no Rio da Prata diminuiu em razão das distâncias entre o estuário da Prata e os dois centros de ação interventores, que seriam o Rio de Janeiro e Lisboa. Segundo ele, a conquista da Cisplatina foi exclusivamente articulada por D. Pedro I e não tinha apoio da população, como mostra-se no trecho seguinte:

O Brasil, é certo, estava pacificado, e as pazes com Portugal já haviam sido tratadas. Mas a campanha do Prata não falava à alma popular. Tinha sido iniciada pela política de d. João VI, sem o menor elo com a tradição nacional da conquista dos bandeirantes. Fora mero escopo imperialista e dinástico, e não resultante da expansão intrínseca dos paulistas e dos continentinos, apelido dado aos Rio-grandenses (idem, p.417).

Há, a partir do trecho anterior, grande clareza da falta de apoio da população frente à conquista da Cisplatina, que será endossada com a Guerra do Paraguai. A população não estava de acordo com a política de conquista do território cisplatino e era contra às decisões tomadas na região do Prata. Esses fatos demonstram que a queda da popularidade da monarquia não ocorreu somente com os desdobramentos da Guerra do Paraguai, mas que a queda da popularidade estava sendo construída aos poucos. Segundo Calógeras (1998, p.418): “Para os elementos políticos do Brasil todo, a guerra apresentava-se como herança portuguesa, e não como reivindicação nacional”.

Em relação à questão da guerra da Cisplatina, Pandiá Calógeras insere a ideia de que o Brasil, por ser territorialmente maior e, assim, possuir um número de soldados mais expressivo do que as nações vizinhas, teria algum tipo de vantagem diante das conquistas territoriais (ibidem). Para o autor Hélio Vianna (1958), havia algumas motivações para que as intervenções nessa região fossem feitas. A primeira motivação seria a proteção da bacia platina contra a influência napoleônica a partir da ocupação francesa na Espanha, e também para evitar que a dinastia espanhola fosse substituída pela a dos Bonapartes. A segunda motivação – e para Viana a mais grave – seria a partir da criação independente das Províncias Unidas do Rio da Prata. Por elas julgarem-se herdeiras do vice-reino espanhol, com sede em Buenos Aires, visionavam a anexação do Alto Peru, do Paraguai e da Banda Oriental. O Congresso de Tucumán, de 1816, foi importante para vetar as pretensões de anexação posteriores argentinas.

A necessidade de manter as fronteiras conquistadas na guerra de 1801, com o Tratado de Badajoz, e a incorporação ao Brasil dos Sete Povos das Missões, mesmo com a perda da Colônia de Sacramento, foram relevantes para que a ocupação da Banda Oriental fosse estabelecida.

O autor (1958) descreve A Revolução da Cisplatina, quando as tropas denominadas de “trinta e três” e comandadas por João Antônio Lavaleja, em 19 de abril de 1825, desembarcam em La Agraciada, próximo da Colônia de Sacramento. Chegando em Durazno, recebem o apoio do coronel Frutuoso Rivera, que, dessa maneira, deixou de fazer parte dos serviços do Império. Em 1825, o Congresso das Províncias Unidas ao declarar a incorporação da Cisplatina, solicitando a retirada das tropas brasileiras, declara um pedido de guerra, segundo a interpretação brasileira. O Brasil, como contramedida, bloqueia o porto de Buenos Aires. Em 1828, os platinos procuram a paz entre os territórios brasileiros, e a Cisplatina, com o intermédio da Inglaterra, torna-se um novo país independente, a República Oriental do Uruguai. Firmada a Convenção Preliminar de Paz, de 1828, um artigo adicional procurou garantir a liberdade de navegação do Rio da Prata e seus afluentes, mostrando, dessa forma, a preocupação diplomática e militar dos luso-brasileiros.

Vianna (1958) explica que, no ano de 1856, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação regulou os assuntos de conflito entre Brasil e Argentina. Segundo a abordagem do autor, Rosas queria ampliar os territórios argentinos e, por isso, declarou guerra contra o Império Brasileiro. A sua queda, na Batalha de Monte Caseros, em 1852, impediu que esse processo vigorasse. Posteriormente, com a derrota de Oribe, no

Uruguai, a situação continuava instável e as estâncias no Rio Grande do Sul sofriam assaltos. José Antônio Saraiva foi enviado, em 1864, para conseguir uma solução pacífica, porém, sem sucesso. O presidente do Uruguai, Anatólio Cruz Aguirre, tinha a intervenção paraguaia em seu favor e, por isso, não fez concessões.

O Brasil tinha um bom relacionamento com o Paraguai no ano de 1864, e, segundo Hélio Vianna (1958), não havia desconfiança de um ataque paraguaio por um fator externo, como o caso dos blancos no poder, no Uruguai. Além disso, o Brasil foi o primeiro Estado a reconhecer a independência do Paraguai, a estabelecer relações no longo período de isolamento com o ditador José Gaspar Rodrigues de Francia e a defender a integridade territorial contra os desejos expansionistas das Províncias Unidas do Rio da Prata. O autor afirma, novamente, que a região de Buenos Aires estava constantemente buscando o expansionismo, enquanto o Império Brasileiro almejava manter os seus territórios.

3 Diplomacia Estratégica

Para o autor José Honório Rodrigues (1918), um dos principais motivos para defender o *status quo* e o equilíbrio platino, era a divisão tripartida do Vice-Reino do Prata, para que estes não se reunissem em um único Estado e se fortificassem contra o Brasil. Para isso, os meios utilizados pelo império foram a intervenção armada na guerra contra Rosas e a intervenção diplomática no território das Missões, além dos auxílios financeiros diante de empréstimos à Argentina e ao Uruguai. Segundo ele, o equilíbrio do Prata, com a criação e independência do Uruguai, e a independência do Paraguai, foram um dos dogmas da política imperial da América do Sul.

Mostra Rodrigues (*idem*), que depois da primeira presidência constitucional no Uruguai de Fructuoso Rivera, o seu sucessor, General Manuel Oribe, causou revolta interna originando dois partidos: o blanco, que era o partido do governo, e o colorado, partido dos revoltosos. Ao mesmo tempo, a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, ameaçava a estabilidade desse território no Brasil, devido à grande amistosidade entre os farroupilhas e Rivera. Com a intenção de restaurar o Vice-Reinado do Prata, Juan Manuel Rosas, da Confederação Argentina, e Manoel Oribe, presidente do Uruguai, tentam unir-se com os revolucionários da Farroupilha e reconquistar os povos das Missões, o domínio do Uruguai e a submissão do Paraguai.

O autor (*ibidem*) fala que, em 1838, Fructuoso Rivera assina um tratado de aliança com Corrientes, que era o centro de luta contra Rosas, ajudando Oribe a invadir o

território oriental com tropas argentinas e incitar Montevidéu. O Brasil manteve-se neutro na luta, apesar dos assaltos das estâncias e o impedimento da passagem do gado para o Rio Grande do Sul, solicitados por Oribe. Sem as solicitações das reclamações feitas pelo império brasileiro, em 1850, são rompidas as relações diplomáticas com Rosas e Oribe. O Paraguai, nesse momento, também negociava acordo com Rosas. Para que o império não ficasse isolado na região, há um esforço do presidente da Província do Rio Grande do Sul para atrair a simpatia do general Justo Urquiza, que era contrário às políticas de Oribe e Rosas. Para findar essa etapa, em outubro de 1851, Honório Hermeto Carneiro Leão, com o secretário José Maria Silva Paranhos, partem em Missão Especial para resolver o problema da guerra. Segundo Rodrigues (1918), a Batalha de Monte Caseros, em 1852, derrubou Rosas e a ambição de seus aliados expansionistas, como Oribe. Sendo assim, a ambição expansionista de Rosas foi posta ao fim.

Diante do vasto território brasileiro, já previamente marcado pelo Tratado de Madri (1750), poucos eram os territórios que o Brasil desejava expandir. Fora a questão sensível do Rio da Prata e da Colônia de Sacramento, a maioria das fronteiras já estava delimitada. Manter o *status quo* era um dos objetivos nacionais, logo, ampliar o território buscando terras paraguaias não era o objetivo da política externa do momento. O grande conflito do Brasil com Rosas na Batalha de Monte Caseros e, posteriormente, na questão da Guerra do Paraguai, estava relacionado ao expansionismo em relação ao Rio da Prata, pois somente por ele era acessado o estado do Mato Grosso e, caso essa via fosse extinta, haveria uma grande chance de o Império Brasileiro perder seu território para os desígnios expansionistas dos Estados vizinhos. O Brasil era enxergado de forma peculiar diante dos outros Estados Sul-Americanos, e segundo o autor:

A defesa do nosso *status quo* e do Prata, a política de equilíbrio e das intervenções, o isolamento em relação às outras nações sul-americanas, as diferenças e ressentimentos herdados da Espanha, a oposição irreconciliável entre o sistema monárquico europeu e o republicano americano, adotado por todas as demais nações americanas, tudo enfim, fazia do Brasil um país estranho (Idem, p.64).

A imagem do Brasil, como um país diferente dos demais da América do Sul não é somente abordada na literatura brasileira, como José Honório Rodrigues afirma, mas também na literatura portenha. O fato de o Brasil ser uma monarquia, rodeado de todos os países vizinhos como repúblicas, além de continuar com o sistema escravocrata, fez com que o clima de desconfiança fosse existente entre os demais Estados. Desse modo,

as iniciativas em conjunto para que fosse criado uma dimensão de amizade dentre os países platinos, eram sempre um grande desafio.

4 Diplomacia Revisada

Francisco Monteoliva Doratioto é um dos autores contemporâneos de referência sobre os estudos das questões que concernem à Guerra do Paraguai e as divergências em torno dos países que margeavam a Bacia do Prata. Em seu livro, *Maldita Guerra*, o autor *inicia* com o capítulo denominado “Tempestade no Prata”, para contextualizar os antecedentes que levaram ao acontecimento da Guerra do Paraguai, e desse modo mostrar as relações entre os países que faziam parte desse cenário, como citado no trecho a seguir:

A história do Paraguai esteve intimamente ligada ao Brasil e a Argentina, principais pólos do subsistema de relações internacionais na região do Rio da Prata. O isolamento paraguaio, até a década de 1840, bem como sua abertura e inserção internacional se explicam, em grande parte, pela situação platina. Nos anos seguintes a essa abertura, o Paraguai teve boas relações com o Império do Brasil e manteve-se afastado da Confederação Argentina, da qual se aproximara nos anos de 1850, ao mesmo tempo que vivia momentos de tensão com o Rio de Janeiro (DORATIOTO, 2002, p.23).

A partir desse excerto é possível entender que o Paraguai vivia momentos pendulares, nos quais, por vezes, priorizava as relações com a Argentina, e por vezes as relações com o Império Brasileiro. A harmonia na região da Bacia do Prata não era uma constante durante o século XIX, pois as questões lindeiras ainda não estavam totalmente definidas. Segundo o autor (2002), as questões platinas estavam conturbadas, tanto com o isolamento do ditador José Gaspar Rodríguez Francia, no Paraguai, como também na centralização de Buenos Aires, situada na foz do Paraná, para dificultar o comércio marítimo do interior com o resto do mundo. No plano interno, o Paraguai continuava autoritário, mas no externo o país iniciou sua atuação nas questões platinas. Em julho de 1841 foi assinado com a Província de Corrientes, sublevada contra Rosas, dois tratados: um de Amizade, Comércio e Navegação, e outro de Limites. Esses documentos estabeleciam o livre-comércio recíproco e um *modus vivendi* para evitar conflitos enquanto não se chegasse a um acordo sobre fronteiras.

Na década de 1840, uma das maiores preocupações no cenário de política externa do Império Brasileiro era a expansão territorial argentina. A ideia de invasão paraguaia era pouco provável. O Brasil não tinha grandes questões conflitivas com esse Estado, além de ter sido o primeiro país a reconhecer sua independência, no ano de 1844. A

questão de limites na Bacia do Prata era a principal reivindicação do Império Brasileiro e a ideia de o Paraguai atacar o Brasil era praticamente impossível diante do olhar imperial.

A Guerra do Paraguai, todavia, foi um processo *suis generis*, visto que o Império Brasileiro achava mais vantajoso as conquistas pela negociação e, não, pela guerra. Na análise de Doratioto, o Paraguai via-se ameaçado com os países em torno da Bacia do Prata, ou seja, Brasil, Argentina e Uruguai. A sua tentativa de armar-se com material bélico de última ponta, vindo da Inglaterra, era a estratégia para poder lidar com a situação, que na interpretação de Solano López, ameaçava a soberania de seu povo. Apesar de estarem com um contingente militar, no início do conflito, superior ao brasileiro, Argentina e Uruguai entendiam que a questão estratégica e a duração da guerra foram fatores que dificultaram o êxito paraguaio em conquistar os territórios adjacentes e o livre acesso à Bacia do Prata. O fim da guerra, no ano de 1870, para o Império Brasileiro, terminou nos seguintes termos em relação as fronteiras:

Rompendo com a determinação do Tratado da Tríplice Aliança, o Império, representado pelo barão de Cotegipe, assinou a paz com o Paraguai, em Assunção, em janeiro de 1872. Estabeleceu-se a fronteira entre os dois países no rio Apa e o governo imperial desconsiderou o rio Igurei marco fronteiriço, como constava no Tratado. Assim, decidiu-se que toda a margem direita do rio Paraná, de Sete Quedas para baixo, pertencesse ao Paraguai e desse ponto para cima fosse do Brasil (DORATIOTO, 2002, p.465)

O tratado firmado em 1872 foi o denominado Loizaga-Cotegipe, fazendo referência aos dois diplomatas negociadores que o firmaram. Esse tratado foi entendido pela Argentina como uma quebra de confiança com o Império Brasileiro, visto que, em 1864, com os liberais no poder, foi feito um acordo de que todos os tratados posteriores à Guerra da Tríplice Aliança seriam firmados em conjunto. Em 1872, Bartolomeu Mitre é enviado ao Império Brasileiro, em missão especial, tanto para tentar negociar os acordos em relação ao território paraguaio, que haviam sido firmados no Tratado Loizaga-Cotegipe, como também — posteriormente será demonstrado nos ofícios — para saber se o Império estava articulando uma guerra contra a Argentina. A escolha de Mitre para a missão é feita pela grande proximidade que o ex-presidente tinha com o Império, que algumas vezes era mal interpretada pela população argentina. Não obstante, a sua decisão de encontrar-se com o imperador estava vinculada com a possibilidade de reeleger-se nas próximas eleições presidenciais argentinas, caso voltasse vitorioso em conseguir negociar com o Império Brasileiro a questão dos limites.

O presidente Sarmiento enviou seu antecessor, Bartolomé Mitre, que era admirado no Brasil, em missão especial ao Rio de Janeiro. Dessa forma, foi assinado, em junho de 1872, um acordo que restabelecia a aliança, pelo qual o Brasil se comprometia a apoiar as posições argentinas nas negociações com o Paraguai (Idem, p.467).

Os dois objetivos principais do Brasil eram a liberdade de navegação do Rio Paraguai e a fronteira do rio Apa. O Doutor Daniel Coronato, referência nos estudos de política externa no período de Pós-Guerra do Paraguai, trabalha, como grande questão a ser debatida em seu tema de pesquisa, como ocorreu a política externa nos últimos anos de regime monárquico, e como foi o impacto no entorno geográfico em relação à Bacia do Prata. A hipótese de Daniel está pautada em dois termos: a distensão externa em relação aos subsistemas do Prata e o universalismo externo nas questões econômicas e de prestígio. A distensão seria uma forma para evitar um novo conflito ao sul, com a Argentina, e o universalismo estaria ligado a uma representação liberal de política externa para as questões internacionais.

O livro *“O Brasil entre a América e a Europa”*, de Luís Cláudio Villafañe G. Santos, apresenta um olhar de como os outros Estados enxergavam o Império Brasileiro. Os temas sobre a escravidão e a monarquia eram um grande empecilho para que as questões platinas fossem pacíficas. Não obstante, Santos (2003) mostra em sua obra como o Império tinha uma postura defensiva, visto que os países vizinhos tinham uma ideia de aumentar os seus territórios, fazendo com que o Império Brasileiro necessitasse ter uma postura defensiva contra os possíveis ataques.

5 Relações diplomáticas entre o Império Brasileiro e Argentina no Pós-Guerra do Paraguai

A instabilidade no período pós-guerra do Paraguai, agravado pelo fato de o Império brasileiro ter rompido o acordo de não realizar tratados em separado, como ocorreu com o Tratado Loizaga-Cotegipe, e também por ter mantido tropas em território paraguaio até 1876, fez com que as relações entre o Império e a Argentina ficassem estremecidas. Uma possível futura guerra ofensiva entre Brasil e Argentina não era cogitada pelo Império Brasileiro. No entanto, o Brasil entendia que um ataque argentino poderia ser viável. A literatura acadêmica brasileira não questionava essa possibilidade, principalmente depois dos grandes dispêndios econômicos e humanos ocorridos durante a Guerra da Tríplice Aliança. Essa questão, no entanto, era cogitada pela Argentina, e diversos autores endossam esse pensamento, como o militar Jorge Bergallo:

O lugar para aplicar o maior esforço defensivo estava perfeitamente claro de que deveria ser o Rio de la Plata. O marco externo mostrava sérias ameaças de confrontos entre Chile e Brasil. E este último em particular tinha uma capacidade de bloquear e bombardear a capital argentina ((BERGALLO, 2009, p.144, tradução livre)¹

Segundo Marcello Carmagnani (2000), as novas instituições e os atores civis e militares da sociedade precisavam ter legitimidade na Argentina. No entanto, três foram os grandes conflitos internos em que o poder federal necessitou intervir e mostrar a sua força como poder legítimo: a derrota da cavalaria de López Jordán, caudilho de Entre Ríos, levada até o fim pelo presidente Sarmiento, em 1870; a repressão de Mitre e das forças armadas de Buenos Aires por parte do presidente Avellaneda, em 1874 e, por última vez; a derrota do exército de Buenos Aires, sendo mandada por Carlos Tejedor, por tropas federais, no ano de 1880. Desse modo, o autor reafirma os conflitos internos, que possibilitaram a intervenção argentina e, como consequência, a consolidação das instituições, principalmente as forças armadas.

A consolidação das instituições fazia parte da estratégia argentina de unidade. Somente um Estado forte internamente poderia ser capaz de iniciar um processo de desenvolvimento econômico em busca de progresso para a nação. Os sucessivos conflitos internos resultavam em gastos que não remetiam à prosperidade da nação, e somente após o fim dos conflitos a Argentina consegue determinar suas políticas doméstica e externa como prioritárias.

6 A Guerra e o Pós-Guerra

A Argentina, sob a presidência de Domingo Sarmiento, e com o chanceler Mariano Varela, discutiam as implicações do posicionamento do Império brasileiro, nos anos sucessores do fim da guerra da Tríplice Aliança. Não somente pelo fato de a execução do Tratado Loizaga-Cotegipe ter sido feita em separado, com o Brasil e o Paraguai, mas por definir limites os quais a Argentina não considerava justa. A imposição brasileira dava contornos imperialistas e de uso da força do país para impor uma situação de desvantagem para as ambições argentinas. Sendo assim, havia divergências entre as chancelarias argentina e brasileira, e um grande ímpeto dos argentinos em definir os seus limites, como anteriormente desejados, em relação ao território do Chaco Paraguai.

¹ No original: El lugar donde aplicar el mayor esfuerzo defensivo estaba perfectamente claro que debía ser el Río de la Plata. El marco externo mostraba serias amenazas de enfrentamiento con Chile y con Brasil. Y este último en particular tenía sobrada capacidad para bloquear y bombardear la capital argentina.

A guerra do Paraguai gerou novas dinâmicas para a sociedade brasileira, como um exército mais forte, limites territoriais consolidados e uma monarquia debilitada. O exército oficial, que lutou durante o conflito, trouxe mais segurança e orgulho para população. Os tratados de limites, como o Loizaga-Cotegipe, de 1872, consolidaram a prevenção de que a Argentina ampliasse os seus territórios de acordo com os limites ditados durante o Vice-Reinado do Prata. A contrapartida dos resultados posteriores ao fim do conflito foi a de uma monarquia mais debilitada e com baixa legitimidade da população, como também de um poder religioso enfraquecido. Desse modo, os contornos desencadeados no pós-Guerra da Tríplice Aliança, revelariam um país modificado e em constante mudança.

De acordo com Francisco Doratioto (2002) eram três os principais objetivos do Brasil em relação ao fim da guerra do Paraguai. O primeiro era o estabelecimento da livre-navegação do Rio Paraguai, para garantir o acesso marítimo-fluvial com o Mato Grosso e com todo o Brasil. O segundo principal objetivo foi estabelecer um tratado de limites com o Paraguai, com os mesmos contornos do período colonial. E o terceiro, não menos importante, foi o de conter a influência argentina sobre o Paraguai, visto que Buenos Aires tinha como pretensão, ampliar o seu território do antigo vice-reino do Prata, ao incorporar o Paraguai.

No ano de 1872, Domingos Faustino Sarmiento era o presidente da República Argentina, seu vice era Adolfo Alsina e o seu ministro das Relações Exteriores era Carlos Tejedor. Apesar de ter havido outro ministro das Relações Exteriores durante o mandato de Sarmiento, Mariano Varela, Tejedor foi importante nas negociações em relação ao tratado Loizaga-Cotegipe. O Tratado de 1872 foi extremamente sensível para a Argentina, pois demonstrava uma agressividade do Império Brasileiro, ao negociar em separado o tratado com o Paraguai. Sendo assim, a Argentina via-se ameaçada por um possível ataque brasileiro. Dessa maneira, a visita de Bartolomeu Mitre, no mesmo ano de 1872, ao Império Brasileiro, tinha como intenção resolver as duas questões sensíveis: tratar uma nova resolução sobre as definições territoriais e saber se o Império estava preparando uma nova guerra contra a Argentina.

A ideia que permanece constante na literatura especializada argentina, mas diverge na brasileira, é a questão da iminente guerra que o Império Brasileiro estaria preparando contra a Argentina. O fato de o Brasil ter assinado o Tratado Loizaga-Cotegipe traz uma certa insegurança, visto que o acordo, durante à época dos liberais brasileiros no poder, não ter sido cumprido. Ademais, o grande tamanho territorial do

Brasil e o arsenal bélico maior do que o argentino, causavam a imagem de instabilidade. No entanto, a ideia de uma guerra do Brasil contra a Argentina, normalmente, não é trazida dos debates da história brasileira. Fato que se mostra contrário do que foi abordado dos estudos de autores argentinos.

(...) A tão debatida questão dos tratados com o Paraguai continua a fazer gemer os prelos argentinos. A imprensa, apesar de seguir impugnando a validade e oportunidade desses tratados, tem contudo moderado a sua desabridez contra o Brasil, mostrando mesmo grandes receios de que o Império se ponha em armas contra esta República, aconselhando agora ao país que use dos meios pacíficos para obter do Brasil a anulação dos tratados, ponderando que é o único meio de ação que lhe resta, porquanto o guardar silêncio equivaleria a aprovação do ato do Governo Brasileiro; recorrer à guerra seria um extremo ao qual, ainda que o não tema, não deseja chegar a República, pois traria irremediáveis males a ambos os beligerantes; e se declara finalmente pelo meio mais sensato — enviar um Plenipotenciário ao Rio de Janeiro e outro à Assunção, que instem pela revisão dos tratados, e entrem em nossos ajustes com o Paraguai (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 13 de abril de 1872. 1º seção, nº 16.).

No trecho acima, evidencia-se o medo da imprensa de que o Brasil pudesse iniciar uma guerra contra a Argentina. Os fins pacíficos eram os mais aconselháveis a se tomarem, visto que o Brasil era belicosamente mais forte e detinha maior número de soldados preparados para um possível conflito. A visita de Mitre ao Império Brasileiro, em 1872, teve como um dos objetivos pacificar as relações entre os dois Estados. Os litígios entre o Império e a República estavam, aparentemente, pacificados. Bartolomeu Mitre era julgado pelos argentinos como um político pró-Império Brasileiro e, por isso, fora convocado em missão especial ao Brasil, não só para manter as relações pacíficas entre os dois Estados e tentar um novo tratado que fosse benéfico à Argentina, em relação ao Chaco Paraguaio, como também para se assegurar de que o Império Brasileiro não estava planejando um novo conflito contra a Argentina. Não haveria um motivo concreto para uma nova guerra, tanto do Brasil quanto da Argentina, e o presidente Domingo Sarmiento posicionava-se claramente sobre essa questão.

Porém, a ideia de uma guerra iminente estava dentro das impressões dos argentinos. A forma como o Império Brasileiro lidou com a consolidação do Tratado de 1872 fez com que a desconfiança aumentasse. Além disso, a desvantagem argentina em material bélico, capacidade de investimento financeiro e de mobilizar homens para um novo conflito eram aquém das capacidades brasileiras.

Tenho a honra de acusar a recepção do Despacho no4 de 30 do mês passado, ao qual acompanhou uma cópia da confidencial que o Juiz de Direito da

Comarca de S. Borja dirigiu ao Presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, comunicando o resultado de uma conversação que teve com o Coronel Riguera, acerca das intenções hostis do Governo Argentino em relação ao Brasil. Posto que não tinha dados para confirmar positivamente as asserções do Coronel Riguera, não duvido de sua exatidão. Não desconfio do Sr. Sarmiento, creio mesmo que ele nutre sinceras intenções de manter a aliança, mas desconfio e muito do Sr. Tejedor, que é a alma deste Governo, e cujo caráter ríspido, orgulhoso, dissimulado e presumido não lhe permitirá perdoar ao Brasil o saque que a manhosa política argentina sofreu no Paraguai. Igual desconfiança me inspira o General Mitre, que está de acordo com o Sr. Tejedor, e, ambicionando a presidência da República, é muito provável que veja em um conflito com o Brasil um meio seguro de se elevar ao poder. O certo é que todos aqui, sem exceção de ninguém, estão persuadidos que, se esta República não declara já a guerra ao Brasil, é porque não pode, mas para isso se prepara (Ministro Domingos José Gonçalves de Magalhães. Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, 01 de junho de 1872. Seção Central, no 1 – Reservado – Arquivo Histórico do Itamaraty).

O documento acima, de caráter reservado, revela a leitura do diplomata sobre as possíveis intenções do governo argentino em relação ao Brasil. Segundo Domingos Magalhães, o presidente Domingo Faustino Sarmiento teria claras intenções de manter uma aliança cordial com o Império Brasileiro. No entanto, o Sr. Tejedor, que seria a alma principal do governo, juntamente com Bartolomeu Mitre, que ambicionava a presidência da República, possuía uma visão diferente de Sarmiento. A intenção de ganhar as futuras eleições para a presidência argentina era um motivo de impulsão para que Mitre criasse um conflito contra o Império Brasileiro. A vitória seria uma forma de fortalecer a sua capacidade de liderança do povo argentino e assim, voltar ao poder. A análise final é a de que não houve nenhuma declaração de guerra contra o Brasil pela falta de preparo econômico e militar argentino.

A região do Chaco, em 1872, não havia ainda sido demarcada. A relação entre o Império Brasileiro e a Argentina era de extrema sensibilidade, visto que o Brasil tinha assinado o Tratado de Limites com o Paraguai nesse mesmo ano, e não cumpriu a decisão de que havia sido feita durante a Guerra da Tríplice Aliança.

Pelas análises dos ofícios da legação brasileira na Argentina, Domingo Sarmiento não estava planejando fazer uma guerra contra o Brasil, consequência desse tratado, porém, Carlos Tejedor e Bartolomeu Mitre não pensavam dessa maneira. Domingos Magalhães pensava que, apesar de a Missão Mitre ter sido construída por Domingo Sarmiento para apaziguar as ideias de conflito e manter o *status quo* brasileiro na região, Mitre, em seus planos, desejava criar uma guerra contra o Império. Assim, ficaria mais forte frente às elites argentinas e dessa maneira criaria alicerces para governar o país.

A visita do General Bartolomeu Mitre foi de grande importância para a República Argentina. As relações entre o Império e a República estavam instáveis, e a vinda de Mitre foi inicialmente designada para aumentar os laços e fortalecer a aliança de amizade entre ambos os países. A intenção secundária, além do fortalecimento dos laços, era a de saber se o Império brasileiro estava armando-se para se envolver em um novo conflito. Domingos Magalhães não se mostrava de acordo com essa visita, pois entendia que a intenção de Mitre não era a de criar laços amigáveis com o Império Brasileiro, mas de persuadir o Brasil a modificar o tratado assinado com o Paraguai. A visita foi importante para a diplomacia argentina, que se certificou de que o Brasil não estava se armando para uma nova guerra contra a República, mas não logrou êxito em relação à modificação do tratado Loizaga-Cotegipe.

7 As relações entre Brasil e Argentina, em 1872, sobre as perspectivas dos officios de Domingos José Gonçalves

Os officios buscados no Arquivo Histórico do Itamaraty, enviados da legação brasileira em Buenos Aires para o Rio de Janeiro, no ano de 1872, foram escritos pelo diplomata Domingos José Gonçalves de Magalhães, o Visconde de Araguaia. Este participou de missões diplomáticas na França, Itália, Vaticano, Argentina e Uruguai, e foi o responsável por informar o Império Brasileiro sobre os fatos políticos locais. Seu título de Barão de Araguaia foi conferido no ano de 1872, ano em que foi feita a pesquisa documental, fruto de grande empenho de suas funções na Argentina. O título faz referência ao rio Araguaia, que em tupi significa rio do vale dos papagaios.

Os officios da legação brasileira em Buenos Aires foram importantes para que o Império pudesse definir quais seriam as prioridades de política externa brasileira e como a Argentina estaria reagindo em relação à consolidação do Tratado Loizaga-Cotegipe, por não ter sido parte e por não ter conseguido anexar a região do Chaco Paraguaio. A primeira observação importante está no fato de que a Argentina entendia o Império Brasileiro como um ator instável, em que uma iminente guerra poderia acontecer a qualquer instante, logo, a Argentina necessitaria se precaver investindo em capital humano e em armamento bélico para sentir-se mais seguro frente a qualquer iniciativa do Brasil. A segunda observação foi a ilustre visita de Bartolomeu Mitre ao Império Brasileiro, que tinha como objetivo apaziguar as relações instáveis entre o Império Brasileiro e a República Argentina, mas que na verdade a grande intenção, não revelada, era a de que Mitre estaria visitando o Brasil com o intuito de saber se o país estava se

armando para fazer uma guerra surpresa contra a Argentina. A terceira e última observação implica em perceber a grande importância da imprensa em conectar a política doméstica argentina com a externa. Os grandes donos de jornais faziam parte da política da República e, dessa forma, a imprensa era imprescindível para corroborar com o governo ou até impedir que determinadas ações fossem feitas. Ademais, um fato importante a ressaltar é o de que os diplomatas tinham papel fundamental na articulação da imprensa. Eles eram ativos em relação à intervenção sobre o que seria publicado. Para que ocorresse tal resultado, Domingos Magalhães, constantemente, encontrava-se com Tejedor, visando conversar com os editores dos jornais para que o conteúdo de uma determinada matéria soasse de forma mais branda, no intuito de que a imagem do Império Brasileiro não fosse alterada. Desse modo, mostra-se uma diplomacia constantemente ativa e engajada em defender os interesses do Império Brasileiro.

8 Considerações Finais

O artigo mostra-se relevante para entender as relações de poder entre o Império Brasileiro e a sociedade nos anos posteriores à Guerra do Paraguai. Procurou-se explorar a lacuna que ocorre na historiografia brasileira em relação aos anos que sucedem a Guerra da Tríplice Aliança até o início do Brasil República.

A pesquisa conclui que o ano de 1872 foi de grande importância para o Império Brasileiro, como também para a Argentina. As questões domésticas dos dois países não encontravam-se totalmente estáveis, logo, diversos acontecimentos de política externa estavam acontecendo no período. As análises feitas pelo diplomata Domingos José Gonçalves Magalhães, que estava na legação brasileira em Buenos Aires e que posteriormente tornou-se o Barão de Araguaia, foram de grande necessidade para que o Império Brasileiro pudesse tomar as suas decisões em relação ao vizinho portenho.

Conclui-se, portanto, que o debate em relação à política externa do Império brasileiro, entre os anos de 1870 até 1889, podem e devem ser mais explorados pelos analistas da área, com a finalidade de contribuir para a história e conhecimento da nação, visto que há uma grande possibilidade de investigação sobre esse período que ainda é pouco explorado nos estudos brasileiros.

Referências

BARCELOS, Ana Paula. Mitre, Lamas e Paranhos: Reflexões sobre diplomacia, história e sociabilidades no Brasil e no Prata em meados do século XIX. XXVI Encontro Estadual de História. ANPUH/UNESP, 2022.

BERGALLO, Jorge. 1874-1892: *La integración de la Patagonia y el mantenimiento de la paz con Chile*. Buenos Aires. Ed. Browniano, 2009.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A Política Exterior do Império: O Primeiro Reinado*. Volume 2. Brasília: Editora fac-similar, Senado Federal, 1998.

CARMAGNANI, Marcello. *Constitucionalismo y orden liberal: América Latina, 1850 -1920*. Buenos Aires: Ed. Otto Editore, 2000.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos(org.) *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Ed. Grupo editor latino-americano, 2000.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. 2o edição. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Historia de las Relaciones Internacionales Argentinas*. Buenos Aires: Ed. Pleamar, 1994.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La disputa por la construcción nacional argentina: Buenos Aires, la Confederación y las provincias 1850-1865*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ed. Prometeo Libros, 2015.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil*. Brasília: Ed. FUNAG, 2013

PICCO, Ernesto. *Los Orígenes de la Prensa en Las Provincias Argentinas*. Rosario: Ed. Prohistoria Ediciones, 2018.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Ed. Versal Editores, 2017.

RODRIGUES, José Honório, SEITENFUS, Ricardo A.S.; Organização BOECHAT, Lêda. *Uma História Diplomática do Brasil:1531-1945*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A, 1918.

SABATO, Hilda. *Historia de la Argentina, 1852-1890*. Buenos Aires: Ed. Siglo Veintiuno Editores, 2016.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: O Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: ed. UNESP, 2003.

VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: ed. Biblioteca do Exército, 1958.

Fonte Primária

[AHI] – Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro – Legação do Brasil na República Argentina. Buenos Aires, ano de 1872. 1ª seção, nº16.

Artigos

CORONATO, Daniel Rei. A política externa das últimas décadas do Império Brasileiro (1870-1889). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*. n.15, 2013, p. 113-131. <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1427> - Acesso em 02 de março de 2024

FIGUEIREDO, Eurico. Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento Científico. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. v.2 n.2, 2015, p.107-128. <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/63090/37662> - Acesso em 01 de março de 2024

Recebido em 26 de maio de 2024.

Aceito para publicação em 28 de julho de 2024.